

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE INCLUSION OF CHILDREN WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION



GISLENE SANDER DA SILVA

Graduada pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo conclusão em 12 de fevereiro de 2016, pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Educamaís em 01 de Agosto de 2022. Professora de Educação infantil na Prefeitura de São Paulo.

RESUMO

Neste artigo será abordado a linguagem corporal na educação inclusiva tendo como foco o protagonismo dos alunos com deficiência na educação básica. Partindo do princípio que o corpo fala e o trabalho pedagógico amplia as possibilidades de comunicação de alunos com deficiência, podemos observar que é na escola que muitos adquirem consciência corporal, uma vez que as atividades de coordenação motora, lateralidade, noção de espaço e muitas outras são oferecidas através das de várias propostas pedagógicas envolvendo também artes visuais, dança, música, teatro e atividades lúdicas em geral. De acordo com a BNCC, é preciso trabalhar com as dez competências gerais durante a educação básica e de acordo com a constituição é assegurado o acesso da criança com deficiência a educação. Esse trabalho visa ampliar possibilidades de trabalho com crianças PCD tendo em vista que incluir de fato é permitir que se expressem da melhor maneira possível, quebrando barreiras e se comunicando de todas as formas possíveis.

Palavra-chave: Linguagem Corporal; Educação Inclusiva; Competências gerais

ABSTRACT

This article addresses body language within the context of inclusive education, focusing on the active role of students with disabilities in basic education. Based on the principle that the body communicates and that pedagogical work expands the communication possibilities for students with disabilities, it is evident that the school environment is where many acquire body awareness. This occurs as activities addressing motor coordination, laterality, spatial awareness, and other skills are offered through diverse pedagogical approaches—including visual arts, dance, music, theater, and general play-based activities. In

accordance with the BNCC (National Common Curricular Base), the ten general competencies must be addressed throughout basic education, and the Constitution guarantees children with disabilities access to education. This work aims to broaden the possibilities for working with children with disabilities, bearing in mind that true inclusion means enabling them to express themselves in the best possible way, breaking down barriers, and communicating through every available means.

Keywords: Body Language; Inclusive Education; General Competencies

INTRODUÇÃO

Ter domínio sobre a linguagem do corpo e suas múltiplas expressões, tanto a maneira como nos expressamos como a leitura do que o outro quer dizer de acordo como se expressa, pode contribuir de maneira positiva para o nosso convívio social.

Com base nesta reflexão entendemos que, trabalhar as diferentes formas de linguagens corporais possibilita o aluno a se tornar mais seguro, por meio de atividades estimuladoras, principalmente alunos com necessidades especiais, já que eles podem usar todo o corpo para se comunicar de acordo com as suas limitações.

O professor mediador precisa observar as dificuldades dos alunos e analisar como pode contribuir na interação deles, principalmente na educação infantil onde a formação do indivíduo começa.

De acordo com a BNCC, competência é a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e demandas para resolver problemas do cotidiano. Daí vem a importância de assegurar uma educação de qualidade, sobretudo aos alunos com necessidades especiais considerando as leis:

Art. 2º LDB: A educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; Lei 9.394 define a educação especial assegura aos alunos com necessidades especiais o acesso da educação de qualidade.

Além de conhecer as leis que favorecem a inclusão escolar, bem como normas estabelecidas pela BNCC para construção do currículo escolar, nós, professores, precisamos refletir sobre a prática pedagógica, tendo em vista que o pensamento e o corpo devem caminhar juntos.

Através do ensino infantil a criança terá seu primeiro contato com atividades lúdicas e o faz de conta, que contribui de maneira significativa na construção de seu conhecimento e desenvolvimento físico, cultural e sociocognitivo.

Nesta pesquisa será feito um estudo de como um professor, consciente das diversas possibilidades de despertar nos alunos todos seu potencial para se expressar pode fazer intervenções pedagógicas, envolvendo as crianças com diferentes tipos de linguagens, desencadeando assim um processo que possibilite a compreensão e a flexibilidade de realizar e fazer diferentes tipos de leituras e expressões dentro do universo das artes com o tema proposto.

LINGUAGENS CORPORAIS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com a educadora Ana Mae Barbosa na abordagem triangular no ensino de artes em três eixos norteadores que consistem em: Contextualizar- conhecer a contextualização histórica, Fazer artístico- fazer arte, Apreciação artística- contemplação da obra de arte,

Esses eixos norteadores, usados atualmente na arte educação, contribuem significativamente no processo de construção do conhecimento da criança, pois através deles elas terão a capacidade de ler, interpretar diferentes tipos de linguagens e imagens tanto no universo artístico como na mídia.

Cada criança é única e na sala de aula onde há tantas descobertas a serem vividas, é nos professores que todas depositam confiança para iniciar a grande caminhada em direção ao mundo do conhecimento de si, do outro e de tudo a sua volta.

Inicialmente a criança começa a observar o próprio corpo, buscando compreender a própria identidade.

“Valorizamos o corpo quando compreendemos que o ser humano se desenvolve plenamente por meio da sua existência motora/sensorial. Isso envolve a capacidade de movimentar-se e reconhecer o corpo como identidade pessoal”. Vazquez (op. Cit., p. 51)

Partindo desta análise pensamos no espaço escolar como facilitador no processo de aquisição do conhecimento de mundo, considerando que:” O movimento é traço de todas as atividades humanas” (CUNHA, org. p. 243)

De acordo com Piaget a construção do conhecimento se dá pela ação sobre as coisas, onde a criança interage com o objeto, dando novos significados, reconstruindo o mundo de acordo com o que já é capaz de entender. As fases do desenvolvimento são: Período sensório motor, que inicia a partir do nascimento até os dois anos, onde a criança relaciona tudo com o seu corpo. Existem três fases que compõem esse período que são:

Primeiros dois meses da vida, dados pela exploração sensorial da criança onde ela começa a conhecer o mundo por instintos e emoções.

Fase dos três até os seis meses: onde são desenvolvidos hábitos motores e dá-se início a organização da percepção motora, onde a criança começa a ver o mundo de maneira visual e auditiva.

Fase dos sete meses aos dois anos: caracteriza-se pela inteligência onde a criança vai aprimorar esquemas de ação na medida em que manipula objetos adquirindo conhecimento e estabelecendo relações entre eles. A partir desta fase a criança age de forma intencional para alcançar os objetivos, construindo categorias de ação.

Nos períodos seguintes as crianças passam a desenvolver noções de pensamentos, na área afetiva surgem sentimentos que indicam preferência ou indiferença, sucesso ou fracasso devido a sua consciência que começa a se desenvolver.

No período pré-operatório dividido em duas partes que variam entre dois até sete anos Piaget descreve o aparecimento e desenvolvimento da linguagem verbal (fala), na primeira parte a criança desenvolve o pensamento representativo como parte da função simbólica ampliando as possibilidades de comunicação da criança. Na segunda parte que vai dos quatro aos sete anos, tem como foco o raciocínio intuitivo onde a criança atribui vida aos objetos, imaginando que tudo possui vida.

Piaget propõe aos docentes que elaborem atividades que estimulem o movimento os sentidos, atenção, convívio em grupo e prática de jogos simbólicos.

Período operatório inicia-se aos sete anos onde é desenvolvida a formação das operações concretas e formais.

Partindo do conhecimento obtido de como a criança aprende e se desenvolve em cada etapa da infância, compreendemos que, isso implica na forma de como interage com o meio e os colegas na busca por interpretar o mundo em todas as áreas, principalmente quando estamos falando de movimento.

“É necessário enfatizar para a criança, desde pequena, que seu corpo se comunica, tem necessidades, desejos, possibilidades e que o melhor campo para explorá-las é pelo convívio harmonioso com seu corpo, estimulando-a a representar o mundo, aprendendo a sobreviver nele e a elaborar suas questões pelo viés da cultura, da arte e do conhecimento, contrabalançando uma forma de ver e estar no mundo que prioriza demasiadamente as experiências exatas e a racionalidade em detrimentos” (CUNHA, Suzana Rangel Vieira 2012, pag. 173).

A dança é também uma fonte de comunicação e de criação informada nas culturas. Por meio de atividades lúdicas, a dança contribui para a experimentação e a criação, no exercício da espontaneidade, para o desenvolvimento da criança no que se refere à consciência crítica e à construção de sua imagem

corporal, fatores que são importantíssimos para o crescimento individual e a consciência social da criança. Nessas atividades coletivas, as improvisações em dança dão oportunidade para a criança experimentar a plasticidade de seu corpo, de exercitar suas potencialidades motoras e expressivas no seu relacionamento com os outros.

Quando interage o estudante pode reconhecer identificações e diferenças, sempre procurando entender e coordenar as múltiplas facetas e habilidades com o espírito de cooperação e de respeito. No planejamento de suas aulas, o professor deve levar em consideração o desenvolvimento motor da criança, observando suas ações físicas e habilidades naturais.

CONCEITO ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

A historicidade acerca da educação Especial e inclusão vêm sofrendo inúmeros percalços que lavam a crer a necessidade de novas mudanças em atendimento as pessoas com deficiência. Desde o período industrial brasileiro na década de 30, o Brasil vivenciou um crescente número de trabalhadores que precisariam de qualificação para o trabalho, sendo incumbido de discernir nesse processo as instituições precursoras SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e SENAI – Serviço Nacional Industrial.

Dentre as recentes instituições de ensino ficou atribuído a formação integral do trabalhador para as diversas áreas do mercado em atendimento a necessidade nacional. Nesse sentido, percebe-se que há uma demanda que apresenta alguma deficiência e, portanto, deve ser atendida de forma igualitária em suas limitações.

As Organizações não Governamentais (O.N.G.'s) e Instituições Filantrópicas ficaram incumbidas de realizar projetos a fim de atender a demanda nacional, visto que não havia ainda políticas públicas assertivas acerca do atendimento a pessoa com deficiência.

Nessa perspectiva, sugere em 1954 o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que institui atendimento as pessoas com deficiência, sobretudo com amparo da organização da National Association for Retarded Children dos Estados Unidos da América.

Mesmo com tantos avanços, a educação especial apresenta constantes revisões sendo necessário um aprofundamento em suas políticas públicas e formas de atendimento nas diversas áreas do conhecimento.

As concepções acerca da educação especial e inclusiva ganham no século presente, novas olhares, levando em consideração a necessidade de dialogar com instituições afins da educação, saúde e desenvolvimento social, bem como ministério do trabalho em prol de unificar forças no atendimento e qualificação para o mercado de trabalho.

De acordo com Ferreira & Ferreira (2004), há uma ligação entre as instituições, sendo necessárias oficializar, todavia a criança matriculada em centros de atendimento especial passa a frequentar as redes de ensino regular. Esse processo permite uma inclusão da criança com deficiência e ao mesmo tempo uma aprendizagem aos demais discentes e colegiados quanto às pessoas com alguma deficiência.

A INCLUSÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Na antiguidade a economia do país se fundamentava nas atividades de produção e de comércio agrícola, pecuária e de artesanato, a sociedade se dividia em dois agrupamentos: a nobreza e os povos. A nobreza era os senhores que detinham o poder social, político e econômico e o povo aqueles que eram considerados seres inferiores, indignos de conviverem na sociedade, dependente economicamente e propriedades dos nobres.

Neste mesmo período era utilizado o termo estigma para pessoas que tinham sinais corporais que evidenciava algo de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os representava Goffman (1988), relata que “os sinais eram feitos com cortes ou fogos pelo corpo que a denunciavam como sendo escravo, criminoso ou traidor” (p.11), colocando-os assim, em destaque e consequentemente sendo excluído da sociedade.

O papel desempenhado pelos povos era de produzir e aos nobres de consumir o que era produzido. O homem tinha seu valor na medida em que produzia para a realização dos desejos e necessidades de seus donos, os nobres. Neste contexto a pessoa com deficiência não tinha espaço e “era exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral” (ARANHA, 2000, p.8).

O clero vem assumir maior poder social, político e econômica tomando para si a guarda do conhecimento já produzido e armazenado, conquistando assim o domínio da nobreza e passando a comandar toda a sociedade. O papel do povo, no entanto, não se modifica, a ele cabe o trabalho seja na produção de bens e serviços e na constituição dos exércitos para o enriquecimento do clero e da nobreza sem a possibilidade de participar dos processos decisórios e administrativos da sociedade.

Os deficientes neste período eram considerados criaturas de Deus, mas ignorada a própria sorte, pois dependiam da caridade e boa vontade dos outros para sobreviverem, alguns deles eram aproveitados da mesma forma que na Antiguidade, como fonte de diversão, bobo da corte ou material de exposição em circos.

Surge, no século XIII, o Paradigma da Institucionalização, com a criação de instituições para abrigar deficientes mentais, com uma preocupação acentuada na sobrevivência e nos bens que possuíam.

A educação neste período apresenta duas vertentes de objetivos, a religiosidade que visava formar elementos para o clero e, outra com objetivos mais específicos, dependendo dos valores assumidos pela sociedade, que formava homens para irem a guerra ou para artes. Neste modelo de sociedade dois processos se instalaram, a Inquisição Católica e a Reforma Protestante.

A Reforma Protestante questionava a supremacia eclesiástica do papa, propiciando a instauração das igrejas protestantes e, a principal consequência desta reforma, foi à transferência da escola para as mãos do Estado nos países protestantes, e a partir deste momento as escolas ensinavam a ler, escrever, aritmética básica, catecismo, culturas clássicas, matemática e ciências.

A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO

Incorporar alunos especiais à educação formal é um desafio a equipe profissional que atua na escola. Então, parece ser essencial para a escola seja inclusivo, toda a sua equipe entende e implementa princípios inclusivos. Ações realizadas para o seu desenvolvimento, contribuindo para que os alunos se tornem promotores ativos da escola não só para garantir a sua persistência na sala de aula doença.

Sobre a segunda parte do questionário, análise de resposta permitida explica quatro aspectos em detalhes, esses aspectos referem-se aos desafios enfrentados pelas escolas normais inclui alunos TGD. A definição desses eixos é a seguinte: vulnerabilidade ao treinamento ensino, aceitação de alunos TGD, a necessidade de reorganização do método e a importância de apoiar a integração escolar. O primeiro eixo representa a vulnerabilidade da formação de professores aluno TGD. Como Salgado (2008) e Silva (2011) enfatizaram, do ponto de vista a seguir, os professores são vitais para o desenvolvimento do processo educacional conter.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toshio (2003), as atividades de ensino são responsáveis por o ensino e a aprendizagem dos alunos permitem que ocorra o seu desenvolvimento global.

Os dados mostram que quatro entrevistados acreditam que o treinamento é necessário específico para trabalho que contribui para a inclusão. Isso pode ser provado por depoimento de uma

professora (P1): “[...] precisa receber formação contínua”. Os participantes sentem a necessidade de treinar seu trabalho envolva os alunos TGD para contribuir com o desenvolvimento dos alunos.

Conforme mostrado por Sassaki (2003). Mas mesmo que este reconhecimento seja reconhecido importância, despreparo dos professores, coordenadores e demais integrantes. A escola é uma realidade que muitas vezes aparece no cotidiano escolar.

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como visto em capítulo anterior, para que a educação, e inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, chegasse a ser uma realidade nas escolas públicas e privadas, muitos foram os percalços e mudanças necessárias nas leis que regem a educação especial. Mesmo, que em alguns casos, o processo inclusivo seja por força de lei, o que em pleno século XXI é espantoso, ela existe e todas as suas etapas devem ser compreendidas e realizada.

Através de todas as diretrizes educacionais essa inclusão, na atualidade, tornou-se algo real e de suma importância para crianças com necessidades especiais. O respaldo legal é importante para que essa fosse empregada, porém, muito maior que a força da lei são os entendimentos sociais que a comunidade escolar precisa ter sobre a inclusão. E a necessidade dessas na formação dos alunos, tanto os inclusos, como os que não.

Porém, como muitas vezes, esse entendimento parece não ser generalizado, as leis inclusivas se fazem necessárias. Na Constituição Federal, artigos 205 e 206, fica expressa que “a educação é direito de todos e dever do estado e da família. Onde a igualdade de condições e permanência na escola são asseguradas em lei. (BRASIL, 1998)

Esse direito de todos, para que não fosse dado margem a interpretações equivocadas ou, fossem esquecidos os portadores de necessidade especiais, no seu artigo 208 assegura: [...] “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Essa lei tem validade tanto para escolas públicas como as privadas. (BRASIL, 1998)

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assegura no seu art.59 que “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades; [...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. (LDB, 9.394/96, 1996, pág. 34)

Talvez, um dos grandes problemas em relação a implementação da escola inclusiva, seja o que tange à aceitação da comunidade escolar. Existe resistência dentro e fora dos muros das instituições. Dentro os profissionais, ou boa parte deles, acredita que só vão ter acúmulo de funções e fora ainda existir a concepção de que essa criança especial pode atrapalhar a aprendizagem das outras. Assim sendo, Zimmermann ressalta:

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (ZIMMERMANN, 2008, p. 01).

Esse reconhecimento social, tão necessário para a pessoa inclusa, onde a mesma poderá usufruir de todas as possibilidades de inserção ao meio, são essenciais. Para que tal reconhecimento aconteça, independente de leis, ações relacionadas a conscientização dessa comunidade é algo para se pensar, e porventura, ser objeto de estudo para melhor compreensão e uso.

Segundo Costa (1998 p. 18) “O conceito de escola inclusiva veio, por sua vez, reforçar o direito de todos os alunos frequentarem o mesmo tipo de ensino e baseia-se no princípio de que os objetivos

educacionais e plano de estudo são os mesmos para todos, independentemente das diferenças individuais de natureza física, psicológica, cognitiva ou social que possam surgir”.

Sendo esse um dos princípios básicos da inclusão, a adequação da escola, esse processo inclusivo pode ser altamente satisfatório, principalmente no que concerne a integração social, o direito que essa criança tem de estar com outras da sua mesma idade ou de série igual, não lhe sendo cerceada nem uma das etapas educativas que tem direito enquanto cidadão. Meirieu (2005), assim complementa:

Abrir a escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui, não é uma escola. A escola, propriamente, é aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. (MEIRIEU, 2005 p. 44)

Assim sendo, a inclusão perpassa o aspecto da matrícula, da permanência da criança em sala de aula. Incluir é muito mais amplo em todos os sentidos, tanto para a criança como para a escola que recebe a mesma. Deve haver a preocupação de todos que fazem parte desse processo para que essa escola, ao receber alunos com necessidades educativas especiais, não seja excludente, pois ao integrar esse, e não estar preparado para tal, pode ser mais maléfico que o contrário para esse estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ampliar o conhecimento na educação inclusiva, utilizando meios para facilitar a comunicação dos alunos como figuras, quadros de rotina, jogos e brincadeiras, é preciso considerar também um caminho pela Arte, pois é possível desenvolver o protagonismo desde a educação infantil sempre estimulando a participação e autoestima dos alunos. Vale lembrar que a família também precisa de acolhimento e acreditar que o aluno é capaz de se expressar sim, basta saber ouvir o que o corpo fala, basta entender que são capazes de comunicar suas próprias necessidades. Para tanto, é preciso explorar suas potencialidades, sem limitar seu progresso.

A educação especial, ainda que perpetue inúmeros debates, não se faz demasiado estupefato de nossos debates e descobertas. As discussões das novas políticas públicas tem sido um momento de angústia por parte da grande população que avalia a eficácia das ações empregadas em prol da educação especial e inclusão.

Sobre a perspectiva da neurociência e educação inclusiva, podemos perceber que ao longo de nossa vida, as experiências sensoriais que acumulamos nos fornecem condições para que o nosso sistema nervoso central processe as informações e as transforme em conhecimentos.

É na educação inclusiva que nos permitimos perceber que nada está pronto ou finalizado, trocamos de papel constantemente, ensina e aprende. Assim, acreditamos que o Plano de AEE permite essa flexibilidade, pois nos leva a refletir sobre o que foi desenvolvido e essa troca entre os profissionais que atuam junto ao aluno, permitem novas construções, novas elaborações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. CNE: Brasília, 2001.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 06 maio. 2026

_____. **Lei e Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9394/96. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 06 maio. 2026

BUENO, J.G.S. **“A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular”**. Temas sobre o Desenvolvimento. São Paulo: vol.9, n.8, 2001, p. 21-27.

CATÓLICA ON-LINE. **A Importância da Linguagem Corporal na Educação**, Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/17-pedagogia.pdf>> acesso em: 06 maio. 2026

CUNHA, Suzana Rangel Vieira. **As artes no universo infantil**. 2ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

FREIRE, João Batista. **De corpo e alma: o discurso da motricidade**. 3ed. São Paulo: Summus, 1991.

FERREIRA, Maria Cecília C.; FERREIRA, Júlio R. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas**. In: GÓES, Maria Cecília R.; LAPLANE, Adriana Lia F de. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral**. 2ed. São Paulo: Ática, 1995.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

NOVA ESCOLA. **A Linguagem do corpo**, Disponível em: < <http://acervo.novaescola.org.br/arte/pratica-pedagogica/linguagem-corpo-429693.shtml>> acesso em: 06 maio. 2026

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

PILLAR, Analice Dutra Pillar. **A educação do olhar no ensino das artes**. 8ed. Porto Alegre: Mediação 2014

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

STAINBACK, Suzan & Willian Satainback. **Inclusão: Um Guia para Educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SEDUC. **Linguagem Corporal Movimento Corporal na Escola** Rodolfo Trechaud Curvo, Disponível em:< <http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Linguagem-Corporal-Movimento-corporal-na-Escola-Rodolfo-Trechaud-Curvo.aspx>> acesso em: 06 maio. 2026